

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia MINERVA VIMARANENSE: Rua 31 de Janeiro — GUIMARÃES

Serviços de Saúde de Guimarães

Tudo quanto se refere à saúde e higiene da nossa cidade e concelho de uma importância tão grande como Guimarães, deve merecer um carinho especial a todos aqueles que se interessam pelo bem, pelo progresso, pelo engrandecimento do seu torrão. Sem um bom estado sanitario não pode haver verdadeira actividade de trabalho e o esforço produtivo é necessariamente prejudicado.

Guimarães tentou a sua organização de serviços de saúde que se iniciaram com bom resultado, mas que tiveram uma vida efémera, porque a vereação do Dr. Gonsalo Meira, na sua larga visão de tudo destruir, os encerrou, sem a menor consideração pelo público.

E para que os vimaranenses não continuem erradamente informados vamos fazer a história destes serviços, principiando pelas considerações que a propósito da famosa sindicância ao Pôsto Médico fez o Ex.º Sub-Inspector de Saúde, nosso presado amigo, Dr. Alfredo Fernandes:

Desde que, em 1924 tomei posse do cargo de Sub-delegado de Saúde de Guimarães, comecei a reconhecer a inadiável necessidade de velar atentamente pela densa população da cidade e concelho, uma grande parte da qual vive em precárias condições de saúde e higiene. Era preciso providenciar para que os géneros alimentícios, tantas vezes adulterados, fôsem cuidadosamente fiscalizados e se desse, em especial, aos desprotegidos da sorte, alguma garantia de que também podiam cuidar da sua saúde e alimentar-se sem o perigo de permanente tendência ao envenenamento ou à improficuidade de nutrição.

As más condições habitacionais, contra as quais venho a muito reclamando, aliadas a uma alimentação insufficiente, originam uma grande percentagem de doentes tuberculosos, aos quais se juntam não menos sifilíticos, que carecem de uma assistência especial.

Por motivos que não pretendo de modo algum discutir ou comentar, esta assistência não se faz como seria necessário, tornando assim precário o estado de saúde, principalmente da população operária.

No intuito de iniciar uma campanha proficua de luta para melhorar o estado sanitario do Concelho e pôr entaves à marcha avassaladora da sífilis e da tuberculose que tantos descabros vem produzindo na população operária

de Guimarães, propuz, em 1925, à Câmara a criação de um laboratório para análise de géneros alimentícios, um posto médico e posturas referentes à fiscalização, especialmente do leite.

Aceitou a Câmara a minha proposta e deu início aos serviços que foram depois inaugurados pela Comissão Administrativa da presidência do Ex.º Sr. Capitão Duarte Fraga, que com um interesse digno de louvor, trabalhou com relevante esforço, para dotar a cidade destes importantes e necessários melhoramentos.

E assim, em 1927 inauguravam-se os serviços de assistência e fiscalização montados pela Câmara Municipal, os quais constavam de laboratório para análises, posto médico para assistência aos pobres, com instalação de Raios X, raios ultra-violeta, enfermaria para isolamento, posto de curativos.

As instalações eram decentes, apropriadas, dotadas do material necessário aos fins a que se destinavam. Juntamente funcionava também a Sub Inspecção de Saúde. A inauguração teve lugar no principio de Janeiro e mereceu gerais elogios o esforço da Câmara. Imediatamente começou a fiscalização dos géneros alimentícios que eram analisados no laboratório e a venda do leite em bilhas fechadas e seladas.

A Junta de Higiene de Guimarães, cumprindo as leis de saúde, solicitou sempre da Câmara a criação de posturas tendentes a melhorar os serviços de higiene e tornar proficua a fiscalização e intensificar a assistência.

E assim é que propôs a criação legal de receitas para fazer face às despesas de assistência e fiscalização municipais e a adopção de medidas tendentes a assegurar o estado sanitario do concelho, conforme se pode ver nas actas das suas sessões e na correspondência dirigida à Câmara.

Da vantagem e resultado destes serviços falam os numeros do mapa junto, e a melhoria dos géneros expostos à venda, facto confirmado por toda a gente, e em especial pelas classes que pela sua minguada bolsa, recorrem sempre ao mais barato.

De quanto foi útil e proveitosa a assistência falam as centenas de pobres a quem foi feito tratamento, e as estatísticas mensais que revelam um decrescimento de mortalidade, não obstante as irregularidades e insufficiências próprias de serviços que começam.

Seguindo ainda as determinações legais e desejando aperfeiçoar os serviços de saúde propôs a Junta de Higiene uma reforma e coordenação dos mesmos em uma repartição única, devidamente regulamentada sob o nome de «Repartição Municipal de Saúde».

A Comissão Administrativa da Câmara, depois de um metucioso e criterioso estudo, aprovou por unanimidade a organização da re-

ferida repartição, que começou a funcionar em 9 de Dezembro de 1927, tendo uma vida efémera porque a foice destruidora da actual Comissão a fez desaparecer logo na sua primeira sessão, em 8 de Fevereiro do ano corrente. Entretanto, no seu curto prazo de existência ela deixa assinalados os seus serviços, como se vê no mapa do movimento.

Tambem a Junta de Higiene se não tinha esquecido de trabalhar para que os serviços se melhorassem com toda a rapidez e fossem dotados de tudo quanto ainda lhes faltava, para o que propunha uma modificação das taxas sanitarias, tornando-as mais equitativas. Esta proposta, que era absolutamente legal, e não trazia a ninguém encargo sensível ou que pudesse influir na economia de cada um, prestando um grande beneficio à saúde e higiene do concelho, não chegou a ser estudada na Câmara, porque a Repartição Municipal de Saúde não mereceu esse cuidado à actual vereação: foram implacavelmente e irrevogavelmente condenados todos os serviços de assistência e fiscalização sanitarias.

A organização dos serviços tal como se encontrava à posse da actual vereação, mereceu, por várias vezes louvores à Direcção Geral de Saúde, e o laboratório ia ser reconhecido como laboratório de higiene para o que apenas faltava adquirir dois pequenos aparelhos.

E assim a Repartição Municipal de Saúde vinha preencher uma lacuna na assistência do concelho e resolver o importante problema da fiscalização sanitaria, base de um bom serviço de higiene e sanidades publicas.

Não o entendeu porem assim a actual Comissão Administrativa do Municipio, que, na sua primeira sessão a extinguiu.

Não constituiu para mim surpresa este facto, pois desde que se falou na substituição da Comissão Administrativa que criou a Repartição, logo as pessoas que no caso andavam interessadas começaram a afirmar categoricamente que o encerramento dos serviços de saúde seria o primeiro acto dos novos eleitos. Todavia pensei sempre que havia exagero nas afirmações feitas e que não deixariam de ponderar-se os prós e contras de tal decisão. Não prevaleceu porem este critério e o encerramento da Repartição foi irrevogável, não se attendendo ao perigo que daí adviria para a saúde pública.

Na proposta de encerramento ainda se previu a hipótese de uma remodelação, para o que foi nomeada uma comissão de três médicos. Tal remodelação porem não estava no programa, pois como veremos do relatório dos comissionados, um dos quais é vereador da Câmara e certamente relator do mesmo, nenhuma alegação foi feita em esse sentido.

Quando foi feito o arrolamento dos artigos da Repartição, reclamei contra o encerramento, apontando os inconvenientes, e as leis que deixavam de cumprir-se. Esta reclamação foi presente à Câmara que nada disse acerca de ela e en-

contra-se transcrita no auto de entrega.

Comuniquei o facto à Direcção Geral de Saúde, como de resto lhe tinha dado conhecimento de tudo o que se passava com referencia aos serviços sanitarios. Esta entidade officiou à Câmara pedindo explicações sobre o encerramento, sendo-lhe respondido que ele fora motivado por graves irregularidades por mim cometidas e por não corresponder aos fins a que era destinado o posto médico, não se fazendo nunca referencia alguma aos serviços da Repartição.

Na mesma resposta se dizia que o encerramento em nada prejudicava os serviços de saúde.

Ora até ao presente ainda ninguém conseguiu provar que a Repartição não correspondia aos seus fins e examinando os mapas do movimento vê-se que lá dentro se trabalhava com cuidado. Se eu cometi graves irregularidades porque é que elas me não são apontadas no processo de sindicancia, como seria legal e honesto? Porque é que na proposta de encerramento se não disse isso? Porque é que, como era logico, em lugar de encerrar os serviços que estavam a ser uteis ao público, se não procedeu á sua remodelação, conforme se propunha, afastando-me enquanto se apuravam as faltas que tivessem de ser-me atribuidas? Porque é que a sindicancia ao posto médico só lembrou muito tempo depois do seu encerramento e após o officio da Direcção Geral de Saúde? Porque é que não foi organizado o processo de acusações para por ele se proceder á sindicancia? Porque é que não appareceram a depôr aqueles que afirmaram que havia faltas e irregularidades? Porque é que a comissão encarregada da remodelação não apresentou um projecto para esse fim e se limitou a uma afirmação de não correspondencia aos seus fins e a uma pretensa impropriedade do aparelho de Raios X, sem aduzir qualquer prova cabal?

Convimos que era necessario melhorar os serviços da Repartição, remodela-los, se se preferir o termo, mas a comissão encarregada disso limitou-se a concordar com o seu encerramento, não sem confessar que o posto médico prestava uteis serviços, e alegar que em dois casos de exame pelos raios X, o aparelho não revelou o local preciso do mal. A titulo de esclarecimento quero aqui frisar que a afirmação dos illustres médicos comissionados é menos verdadeira, como poderei provar. Ora a Repartição Municipal de Saúde tinha uma complexidade grande de serviços, como se pode vêr pelas suas bases administrativas e pelo seu regulamento interno, e não era decididamente uma sombra de projecto de remodelação o relatório apresentado, quando muito era o voto de concordancia com o encerramento dos serviços, sem maior nem melhor justificação do que a da Comissão Administrativa que os encerrára.

Alegou-se que o encerramento da Repartição em nada prejudi-

cava os serviços. Em contraposição afirmo que a assistencia e a fiscalisação sanitarias foram muito prejudicadas e que a higiene e a saúde publicas já estão a sentir os efeitos ruinosos da falta da Repartição de Saúde. Ha muitos doentes que não são tratados como era necessario, são muitas as queixas e justificadas, e já não ha cuidado de não trazer ao mercado produtos improprios para consumo, em especial leite. E isto faz-se em um á vontade tanto maior, quanto é certo que nem ao menos deixaram ao sub-inspector de saúde meios para se desempenhar da sua missão official e lhe é recusado todo o auxilio a que tem direito por parte das autoridades do Concelho, que propositadamente deixam de prestar a colaboração que as leis de saúde determinam.

Tambem não tem fundamento a alegação de que o Municipio não tinha receita para fazer face ás despesas da Repartição de Saúde, pois é certo que esta verba estava legalmente criada, sem que a quota fosse de modo algum pesada para o contribuinte, que não recusaria a sua colaboração na obra da assistencia do Concelho. Esta verba não poderia ter applicação senão aos serviços de saúde e só foi atacada a sua cobrança por quem patrocinou a substituição da edilidade municipal.

Pôsto Médico Municipal

Mapa do movimento de Janeiro a Dezembro de 1927

Consultas e exames médicos, 4 300; Serviços de enfermagem e injecções, 1530; Exames pelos Raios X, 75; Tratamentos pelos raios ultra-violeta, 585; Medicamentos gratuitos a 462 pobres.

Repartição Municipal de Saúde

Mapa do movimento de 15 de Dezembro de 1927 a 8 de Fevereiro de 1928

Consultas e exames médicos, 860; Serviços de enfermagem, 111; Applicação de injecções, 168; Tratamentos pelos raios ultra-violeta, 53; Análises de vinho e azeite, 244; Análises de leite, 151; Visitas a estabelecimentos, 1240; Visitas domiciliarias, 300.

Os generos analisados eram distribuidos á Oficina de S. José (o vinho e azeite) e á Creche (leite).

Tenente Gervásio M. Campos de Carvalho

De Angola, onde se encontrava deportado por motivo dos acontecimentos de 3 de Fevereiro do ano passado, regressou o nosso querido amigo e presado correligionário sr. Tenente Gervásio Martins Campos de Carvalho.

«A Velha Guarda» saudou-o efusivamente.

Este número foi visado pela Comissão de Censura

Pelas Taipas

Há tempos, um jornal de Braga sustentou uma intensa campanha de torpêsas, de vilanias, de injúrias contra a Comissão de Iniciativa que foi violentamente escuraçada do cargo que vinha exercendo com todo o empenho de fazer progredir estas lindas termas, infelizmente tão abandonadas por quem lhes devia dar todo o carinho.

Moleiros, cutileiros e proprietários, em íntima coligação, manobrados arditamente por elementos irrequietos, para quem a vida consiste em fazer sempre mal, perseguir, agredir por tudo e a propósito de tudo, só descançaram da sua indecorosa campanha, depois de conseguida a substituição dos membros da Comissão pelos amigos queridos que os vinham orientando.

Mas o futuro reserva sempre interessantes surpresas, que desta vez se não fizeram demorar.

Realizado o intento de todos, o afastamento da antiga comissão, passou-se à parte especial, à revindicação dos direitos de cada um em particular.

E aqui principia o céu da harmonia que os ligára a cobrir-se de nuvens anunciadoras de uma próxima tempestade.

Os mesmos industriais que em coligação com os proprietários dos terrenos marginais do Ave, fizeram reclamações e representações contra as obras feitas na represa, porque as diziam prejudiciais aos seus interesses, surgem agora com novo trabalho, instando para que ela não seja reposta no seu primitivo estado, conforme pretendem os seus coligados de ontem.

Já se sabe que foi dada ordem ao actual presidente da Comissão de Iniciativa para a demolição da obra feita. Esta ordem agrada sobremaneira aos proprietários e contra ela se levantam furiosos os moleiros e cutileiros. Uns e outros são amigos dedicados da Comissão. Vamos a ver como ela descalça a bota e o que virá depois.

O calor intenso que tem feito pôz a descoberto a grandiosidade da obra dos novos lavadouros, que constituem um perigo para a saúde pública.

A água que os alimenta é insuficiente para o fim a que se destinam, donde resulta que se acumula uma grossa camada de imundície no fundo e junto às paredes laterais dos lavadouros.

Os escorros dos lavadouros são lançados à valeta da estrada, circulando ao longo dela a descoberto e mimoseando os transeuntes com um cheiro que nada tem de agradável, ao mesmo tempo que constituem um perigoso poço de infeccção.

Acresce a isto que a água que é gasta, prejudicialmente, nos lavadouros, faz falta para o consumo e para a irrigação das ruas e jardins, donde resultam novas consequências funestas.

Por cá sabe-se muito bem que o projecto destes lavadouros tinha um objectivo especial, que era, além de outros que não queremos mencionar, o aproveitamento puro e simples dos escorros para propriedade particular, sem qualquer vantagem para o município.

Isso porém para o nosso caso é de somenos importância. O facto que ressalta palpante é o perigo que os lavadouros constituem para a saúde da povoação e para o qual é preciso olhar com o necessário cuidado.

Ao Ex.^{mo} Presidente da Câmara cuja orientação administrativa está a merecer as simpatias de todos e ao Ex.^{mo} Sub-Inspector de Saúde pedimos imediato remédio para este mal.

Bombeiros Voluntários das Taipas

Apesar de tôdas as solicitações ainda não foi possível conseguir a realização do inquérito ordenado pelo Ex.^{mo} Governador Civil a esta Corporação.

Continuam a dirigi-la elementos que lá cometeram tropelias de toda a espécie, não respeitando os estatutos e expulsando violentamente o seu respeitável comandante, que há 4 anos estava á frente da Associação, observando rigorosamente os Estatutos legais e dando ao progresso da sua Corporação todo o carinho, todo o esforço.

E' público que os actuais directores fazem valer toda a sua acção pessoal e politica para que o inquérito se não realize, pois não ignoram o prémio que está destinado ás suas ilegalidades.

E entretanto a corporação dos bombeiros perde o seu prestígio e deixa de satisfazer aos fins humanitários a que é destinada.

Estamos em um regime que se diz de moralidade e justiça: é necessário que nas Taipas se conheça a realidade desse facto e que o inquérito á Associação dos Bombeiros se não faça demorar por mais tempo e seja aplicada com critério, sim, mas com todo o rigor, a penalidade a quem tiver prevaricado, restituindo-lhe o seu cargo e os seus sócios trabalhadores e amigos.

A boa politica não se diferencia da boa moral. MABLY.

Festa Infantil Nacional

Por determinação superior realizou-se no passado dia 30 de Julho, pelas 11 horas, na Escola Primária Elementar, desta cidade, a Festa Infantil Nacional, assistindo a ela todos os professores da Escola, o inspector escolar e a maioria dos alunos.

Houve uma sessão solene, no salão maior da Escola.

O digno director, convidou para a presidência o Inspector Escolar e para secretários a professora sr.^a D. Luísa Miranda e professor Augusto Montes Guimarães.

Dada a palavra ao professor-director, sr. P.^e Alfredo Correia, este fez a palestra do programa, dando sensatos conselhos aos alunos, incitando-os ao estudo e aconselhando-os a que fôsem obedientes aos seus professores e estivessem com atenção nas aulas, condição indispensável para o aproveitamento escolar.

Finda a palestra, usou da palavra o inspector, que felicitou o director e corroborou as suas palavras, repetindo que, na verdade, sem atenção não podia haver aproveitamento e que para se estar atento, era preciso estar com ordem e compostura nas aulas, pois se notava que os alunos mais travessos, eram os que menos aproveitavam.

Depois, dirigindo-se aos professores, felicitou-os pelo bom resultado dos seus trabalhos, afirmando que já quando visitou as escolas, ficara bem impressionado.

Em seguida, foram lidos os nomes de 128 alunos que, precedendo exame, passaram de classe, pois não foi possível entregar-lhes o boletim, por falta de impressos.

Pelo inspector foram distribuídos os diplomas dos alunos aprovados na 4.^a classe, em número de 33, recomendando-lhes que procurassem honrar esses diplomas.

Entoado o Hino Nacional, foi levantada a sessão, dirigindo-se os alunos ao amplo recreio, onde lhes foi distribuído um lanche fornecido pela padaria de Joane-Famalicao.

Diz-se...

Que não se sabe onde param os *aprovados* (?) estatutos da Irmandade de N. S. da Penha, mandados para aprovação ha quatro longos... anos.

Que tambem se desconhece a razão porque a referida Irmandade não deseja ter mais "irmãos," em seu seio.

Que a Comissão de Iniciativa das Taipas, anda seriamente embaraçada, porque não sabe como resolver o caso da represa, que os proprietários marginais pretendem fazer regressar ao primitivo estado e os *industriais* querem conservar.

Que foi muito interessante a estreita união que uns e outros tinham estabelecido para a noventa campanha contra a Comissão dissolvida, mas que a hora da justiça começa a contar-se e que ainda ha-de ser muito divertido ver como se degladiam amanhã, os amigos de hontem.

Que o atual presidente da Comissão de Iniciativa das Taipas já ameaçou os proprietários dos terrenos marginais do Ave com o regulamento dos serviços de turismo e a expropriação que ele combateu com todo o afinco, se eles não resolverem desistir do seu desideratum a favor do desejo dos moleiros.

Que o Snr. Administrador do concelho deu ordens terminantes ao regedor das Taipas, para prender *aquele malandro* do A. C. S. se ele cometer qualquer desacato.

Que o referido regedor para não perder o seu cargo, com que tanto se orgulha, se prontifica a cumprir as ordens do seu superior, não se preocupando por elas se referirem ao seu dedicadissimo amigo e habil orientador.

Que um *escrevinhador* botou nota elogiosa em um jornal de Braga, aos Bombeiros das Taipas, em servir ás ordens da actual direcção, pela pericia e prontidão com que extinguiram o incendio que ha dias houve em um prédio na freguesia de Longos e que realmente este louvor é merecido, pois graças, aos trabalhos dos novos bombeiros cuja disciplina e conhecimentos técnicos são *admiráveis*, o prédio arden completamente.

Que o autor da correspondencia de louvor se esquece de que o inquérito á Associação dos Bombeiros já está ordenado há muito, mas que á sua realização se opõem aqueles que ilegalmente se assenhoriaram de tudo.

Que as legendas dos passeios a mosaico, ao Tournal, ficaram ás avessas.

A Verdade é para o individuo o que o perfume é para a flor: a essencia da própria vida! A Verdade é tudo: o nosso gaia, a nossa orientadora, o nosso farol, no mar largo da ignorância. MAGALÃES LIMA.

A Sindicancia ao Posto Médico

Um amigo nosso escreve-nos de Braga, a pedir informações acerca da importância paga ao Snr. Afonso Miranda, pelo trabalho da sindicancia ao Posto Médico de Guimarães.

Ao que parece o caso tornou-se palpante tambem naquela cidade. O autor da celebre sindicancia não logrou conquistar simpatias nem merecer elogios ao seu caracter pelo modo notorio com que se desempenhou de uma missão de tão grande responsabilidade para que não tinha competência.

O sr. Afonso Miranda veio a Guimarães fazer um frete á verificação da presidencia do bacharel Gonçalo Meira, desempenhando-se do encargo conforme aprazia a quem lho confiou e no fim apresentou a conta de Esc. 2.900,00 pelo seu trabalho.

A Comissão Administrativa agora deposta, tinha dotado estes serviços apenas em Esc. 2.500,00, no seu orçamento suplementar, de modo que o sr. Afonso Miranda não podia receber tudo neste momento.

Foi porisso que apenas, por agora, lhe pôde ser paga a quantia de Esc. 2.468,40, de que foi passado o respectivo mandado em sessão da Camara de 25 de Julho proximo passado, ficando por isso o sr. Afonso Miranda ainda crêdor ao Município, a que prestou um serviço digno de registo.

Escola Industrial e Comercial

O corpo docente desta Escola conferiu ao aluno Antonio de Freitas, que este ano terminou o Curso Geral, 2.^o grau, o prémio de 300,00, instituido pela Junta Geral do Distrito, para o aluno mais distinto, que haja terminado qualquer dos Cursos professados neste Estabelecimento de Ensino. A concessão do prémio foi comunicada á Junta, tendo esta, segundo nos consta, felicitado o aluno.

Haverá, além d'este, outros prémios pecuniários a distribuir pelos alunos mais distintos, cujos nomes publicaremos na ocasião oportuna, do Curso Industrial e do Comercial, oferecidos pela Câmara de Guimarães e instituida, na vigência da Comissão Administrativa presidida pelo sr. Capitão Duarte Fraga.

—A exposição dos trabalhos escolares dos alunos desta Escola deve abrir ao público, na forma dos anos anteriores, por meados do corrente mês de Agosto. Consta-nos que os alunos, apresentarão trabalhos de muito merecimento em desenho ornamental, desenho architectonico, desenho mecânico, caligrafia, labores femininos, etc. Por este motivo, deve ser muito visitada esta exposição; aconselhamos, por isso, uma visita á nossa Escola Industrial e Comercial, nessa ocasião. Nós, pelo menos, não faltaremos.

Julgamento dos implicados nos acontecimentos de Tavira em 7 de Fevereiro

Em 24 do mês passado, na cidade de Faro, terminaram os julgamentos, no Tribunal Especial, dos implicados nos acontecimentos de 3 de Fevereiro de 1927 e em que foram condenados os seguintes acusados: Sargentos-músicos Augusto Ribeiro de Araújo, Abel Peixoto Salier e Domingos Alves.

Levado em conta o tempo de prisão já sofrida, foi dada por expiada a pena.

«A Velha Guarda» saúda os republicanos que fizeram parte da antiga Banda do R. I. N.^o 20.

Noticias pessoais

Em goso de férias, encontra-se na sua casa de Tagilde, o nosso estimado amigo e presado correligionário sr. Dr. Alexandre Simões Lopes Sampaio, laureado aluno do 4.^o ano médico, da Universidade do Porto, filho dileto do nosso querido director.

—Acompanhado de sua Ex.^{ma} Esposa, encontra-se nesta cidade, o nosso presado amigo e colaborador sr. Artur Francisco do Couto, aluno da Faculdade de Direito de Lisboa.

—Na sua quinta de Pinhô, em S. Tiago de Candoso, encontra-se a Ex.^{ma} Senhora D. Julia Teixeira d'Aguiar, acompanhada do nosso presado amigo sr. Miguel Ribeiro Guimarães e Ex.^{ma} Esposa.

—Na Faculdade de Medicina do Porto concluiu o curso de parteira, ficando aprovada, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria de Lourdes Couto, filha do sr. João do Couto Salgado, solicitador encartado.

—Para o Ex.^{mo} Senhor Anibal de Almeida, filho do abastado capitalista Snr. João de Almeida, da Povoia de Lanhoso, foi pedida pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Alfredo Fernandes, a mão da Ex.^{ma} Senhora D. Amelia Campos, gentil filha do Ex.^{mo} Snr. João de Campos da Silva Pereira, proprietario em S. Clemente de Sande.

O enlace realiza-se brevemente.

—Para Viana do Castelo, em goso de férias, seguiu há dias o nosso presadissimo amigo e bom correligionário sr. Abel Cardozo, ilustre professor-director da Escola Industrial de Francisco de Holanda.

—Em Vila Verde, encontra-se acompanhado de sua Ex.^{ma} familia, o nosso estimado amigo sr. Mário de Sousa Menezes, professor-secretário da Escola Industrial de Francisco de Holanda.

—Com sua Ex.^{ma} Esposa, encontra-se nas suas propriedades de Monsul o nosso bom amigo sr. Manoel Pedrosa, director do Internato Municipal.

Rede telefonica

O Snr. Governador Civil do Distrito, em seu officio de 24 de Julho findo, em resposta a um outro officio que lhe foi enviado pelo Snr. Administrador do concelho, comunica áquella auctoridade que os trabalhos de construção da rede telefonica devem retomar-se brevemente, de forma a estarem concluidos por todo o mês de Agosto corrente.

Venda de propriedades

Para efeitos de partilhas, vendem-se duas magnificas propriedades, uma situada na freguesia de Santo Estevam de Briteiros, denominada «Vila-Chão» e outra na de Santa Eufemia de Prazins, denominada «Pedraído» do concelho de Guimarães e nas proximidades das Caldas das Taipas, confinando ambas com estrada de rodagem.

Acceptam-se propostas e trata-se com Antonio Melo, Avenida da Liberdade, 203-Braga.

GRAFONOLAS e discos Homocord, Odeon e outros, últimas novidades, e agulhas próprias para todos os sons, vendem-se na **Casa de Santa Teresinha**, Rua da República, 122.